

ARBITRAGEM GAY: DISCUSSÃO SOBRE A PRESENÇA DE HOMOSSEXUAIS NO COMANDO DE PARTIDAS DE FUTEBOL E A IMPORTÂNCIA DA PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE

Nickolas Andrade¹

Resumo: O futebol é o esporte mais praticado do mundo, através dele, diferentes debates e discussões acerca da possibilidade de individualidades diversas estarem presentes em harmonia em um esporte em maior parte, masculino e heterossexual, contudo, há um crescente número de árbitros que fazem parte da comunidade LGBTQIA+, sejam eles homens ou mulheres, assim sendo, esse ensaio buscou conceituar gênero e sexualidade, discutir e provocar a relação do gênero e sexualidade no trabalho prestado por árbitros de futebol, sucedendo-se com a necessidade de preparo acadêmico eficaz para professores de educação física e esporte na formação de indivíduos que futuramente estarão presentes nos estádios de futebol nas mais diversas funções e atribuições, e que possam respeitar a diversidade encontrada naquele local. As provocações buscaram entender o desenvolvimento do homossexual na sociedade, a sua associação com o esporte de alto rendimento e como a arbitragem necessita criar espaços seguros para a inserção dessas pessoas que desejam se envolver com o futebol dessa maneira e, pode-se concluir como a importância da disseminação de conhecimento e incentivo a equidade social desde os cursos de preparação profissional se fazem necessários, pois, a partir das graduações em educação física, professores serão capazes de entender e promover uma formação de indivíduos que respeitem as diversidades e individualidades presentes na sociedade e no esporte formal.

Palavras-chave: Arbitragem de futebol; LGBTQIA+; Gênero; Diversidade no esporte.

Gay Refereeing: Discussion About the Presence of Homosexuals in the Charge of Football Matches and The Importance of Promoting Diversity

Abstract: Football is the most practiced sport in the world, through it, different debates and discussions about the possibility of diverse individualities being present in harmony in a sport that is mostly masculine and heterosexual. However, there is a growing number of referees who are part of the LGBTQIA+ community, whether they are men or women. Therefore, this essay sought to conceptualize gender and sexuality, discuss and provoke the relationship between gender and sexuality in the work performed by football referees, followed by the need for effective academic preparation for physical education and sports teachers in the training of individuals who will in the future be present in football

¹ Mestrando em Ciências pela Escola de Educação Física e Esporte (EEFE-USP). E-mail: nickolasandrade2003@hotmail.com

stadiums in the most diverse functions and attributions, and who can respect the diversity found in that place. The provocations sought to understand the development of homosexuals in society, their association with high-performance sports and how referees need to create safe spaces for the inclusion of these people who wish to get involved with football in this way. It can be concluded that the importance of disseminating knowledge and encouraging social equity from professional preparation courses is necessary, since, from the degrees in physical education, teachers will be able to understand and promote the formation of individuals who respect the diversity and individualities present in society and in formal sports.

Keywords: Football refereeing; LGBTQIA+; Gender; Diversity in sport.

Introdução

O futebol é um dos esportes mais praticados e acompanhados no mundo, um esporte nascido para os homens, realizado por homens e comandado por homens, onde trata-se de um campo privilegiado de uma masculinidade hegemônica que negligencia e desqualifica outras masculinidades e mulheres, contudo, promovo a seguinte indagação: quais são as dificuldades acerca da presença de um perfil não heteronormativo quando avaliamos o árbitro de futebol, ou ainda mais escavo, nós, gays, em que momentos isso pode influenciar ou não na qualidade do nosso trabalho no esporte?

É comum em diversos estudos verificar a participação de esportistas gays no futebol (veja por exemplo, PINTO, 2017; CASTRO; SIQUEIRA, 2020), ou seja, a vida e costumes, estigmas, preconceitos e lutas contra a homofobia em razão de jogadores homossexuais. Meu propósito com esse ensaio é aumentar o leque de discussão para um outro grupo, reciprocamente importante, a arbitragem do futebol.

Ser árbitro, é uma luta constante, o medo de ataques dentro e fora de campo, principalmente no Brasil, onde esse esporte é acompanhado e reverenciado por muitos, torna a tarefa de conduzir uma partida de futebol um trabalho angustiante, ao mesmo tempo que gratificante. A vida pessoal do foco desse trabalho é obscura, não se sabe muita coisa e o que se sabe, busca-se ocultar, mas há certas questões que são frequentemente levantadas sobre a qualidade do serviço prestado.

Possivelmente, leitores desse texto podem já terem ouvido falácias como se a árbitra Edina Alves, da Federação Paulista de Futebol (FPF) é realmente

eficiente em seu trabalho simplesmente pelo fato de ser uma mulher, arbitrando um jogo de homens, todavia, gênero e sexualidade é frequentemente utilizado como pretexto para avaliar índole humana (FOUCAULT, 1998; FREUD, 2016), e o medo de homens homossexuais cresce ainda mais dentro desse espaço controlado pela heteronormatividade.

O objetivo do ensaio foi discutir, conceituar e provocar reflexões questões acerca de gênero e sexualidade e a relação adotada por muitos sobre a qualidade do trabalho prestado por um árbitro de futebol profissional e a necessidade do aprendizado sobre diversidade e equidade nos cursos de formação de árbitros. Não procuro mediante esse texto, atacar as perspectivas esperadas pelo indivíduo amante do futebol ou se quer, identificar erros ou imprudências de árbitros de futebol, mas sim, discutir se realmente há relevância no gênero e sexualidade do oficial da partida quando está dentro das quatro linhas e a formação na educação física como forma de promoção da equidade e inclusão no esporte.

SEXUALIDADE, FUTEBOL E OS COMANDANTES DO JOGO

Conceito de gênero e sexualidade

Para compreender aspectos da formação do indivíduo como um ser que é indiscutivelmente sexualizado e generificado, buscarei pontuar as conceitualizações acerca da literatura sobre gênero e a sexualidade humana. A primeiro momento, Scott (1995) descreve como gênero como uma categoria, que a própria sociedade define ao sujeito, ou seja, ela lista características definidoras que “compreendem” o que seria gênero.

Em suas palavras, Scott (1995, p. 13) aponta que: “Gênero é um meio de decodificar o sentido e compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana.” Fica inviável acreditar que somente pelo nascimento do indivíduo, isso sustentaria o gênero ou identidade de alguém, esses fatores, são produzidos e reproduzidos culturalmente por meio de ações, gestos e aprendizados instituídos pelo poder (LOURO, 1997; 2000a).

As instituições promovem e impõem o comportamento desde a infância das crianças, curiosamente, a educação física, em especial, o esporte, é o local onde podemos perceber as comparações, estigmas, preconceitos e segregações devido ao gênero (LOURO, 1997; GOELLNER, 2010), por exemplo, as meninas

normalmente excluídas, são colocadas para realizar atividades mais simples, que não causam “impacto” relevante para o aprendizado durante aquele momento de classe.

Os garotos, em compensação, são incentivados a demonstrar atitudes de força, habilidade e maestria em práticas esportivas (LOURO, 1997, 2000b), e aqueles que não desenvolvem dessa forma, são taxados e excluídos, geralmente apontados como homossexuais ou semelhantes às meninas. Essa construção social do que seria o gênero é, de uma forma grosseira, uma forma de identificar os “eleitos” da sociedade e ainda, listar quais atividades podem ou não podem ser realizadas por homens e mulheres, heterossexuais ou homossexuais.

Acerca da sexualidade humana, as características do gênero não devem ser utilizadas para definir a sexualidade do sujeito, onde a cultura, relacionamento familiar e trajetória de vida são fatores que compõem a sexualidade (Figueiró, 2007), em uma forma específica, a sexualidade é simplesmente a maneira que manifestamos nossos desejos e prazeres (LOURO, 2000a), e é fortemente influenciada pelo meio em que vivemos, assim, devemos admitir que não nascemos homossexuais ou heterossexuais, mas nos tornamos.

Podemos dizer que o gênero é algo que seria mais difícil “esconder” da sociedade, contudo, no espaço desportivo, ainda mais em um ambiente de trabalho que é o da arbitragem profissional, a sexualidade raramente é questionada, homens são já descritos como heterossexuais, as mulheres, por estarem em um ambiente de “homens”, possuem um pouco mais de liberdade para se autodeclararem como mulheres lésbicas, em alguns casos, isso é até o esperado para o sexo feminino.

No trabalho realizado por Freitas (2021), o autor comenta que essa relação homoafetiva das mulheres, geralmente é fantasiada nas escolas por meninos e é, mais aceitável, contudo, no mundo esportivo, são tão discriminadas como os homens gays, podendo a ser alvo constante de ações pejorativas, pois, na sociedade atual, já houveram comentários que só estão garantindo sucesso em suas carreiras na arbitragem de futebol através de políticas de inclusão adotadas por federações, e não pela excelência em seu trabalho.

A arbitragem, o espírito esportivo e o impacto da sexualidade

Uma partida de futebol por não acontecer por uma série de razões: força maior (mal tempo, condições do gramado, falta de iluminação, por exemplo), a inexistência de segurança ou policiamento, falta de assistência médica, gols com redes defeituosas, dentre outros fatores, entretanto, em recursos humanos, precisamos fundamentalmente dos jogadores e principalmente do árbitro.

A equipe de arbitragem, essa composta pelo árbitro central, dois árbitros assistentes, um quarto árbitro e, atualmente, em competições de alto nível, o Árbitro Assistente de Vídeo (VAR) e sua equipe interna, seguindo as regras do futebol desenvolvidas pela *International Football Association Board* (IFAB, 2024), todavia, quase que intocáveis, os ataques sofridos geralmente se associam com pontos cruciais ou decisões em campo, mas para os homossexuais, as violências sobre o trabalho se somam com a homofobia.

Pode-se ver essa questão evidenciada no momento que o árbitro mineiro, integrante do quadro da Federação Mineira de Futebol (FMF) e da *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA) se assumiu gay, como demonstra a monografia de Oliveira (2023), as violências, em evidência aquelas realizadas em postagens das redes sociais são mais uma das formas de repressão à sexualidade humana, essa repressão que acontece por meio das instituições de poder da sociedade para evitar possíveis “transgressões” a heteronormatividade (FOUCAULT, 1988).

Infelizmente, políticas em defesa de indivíduos minoritários da sociedade é escassa, no esporte como o futebol, praticado e defendido majoritariamente por homens héteros, essa possibilidade diminui ainda mais, visto que, postar singelas fotos nas redes sociais sobre o dia do orgulho de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, *Queer*, Intersexuais e Assexuais (LGBTQIA+) se quer geram algum impacto que fará diferença ou mudará pensamentos de torcedores, gestores de clubes ou jogadores que possuem um pensamento retrógrado e conservador.

Muitos autores utilizam de exemplos palestras, mesas-redondas, atividades em grupo e relatos de experiência como forma de adentrar na temática de gênero e sexualidade para orientar não somente indivíduos LGBTQIA+, mas também as pessoas em seu entorno (BRITZMAN, 1996; Louro, 1997, 2000a, 2000b; FIGUEIRÓ, 2007; GOELLNER, 2010), essa ação pode ser eficaz

principalmente para crianças e adolescentes em formação escolar, contudo, para adultos que possuem uma visão que não seja receptiva a esse assunto, as punições necessitam ser eficazes para buscar minimizar os efeitos da discriminação de gênero e homofobia.

Os casos de homofobia normalmente remetem e nos lembram os conceitos apresentados anteriormente sobre a masculinidade e o esporte, como descrito por Almeida e Soares (2012, p. 314): “A imagem do homossexual é incongruente aos olhos dos espectadores que entendem o futebol como reduto da força física, como se a liberdade sexual estivesse ligada a ter ou não força, ter ou não virilidade.”

Há uma incipiência acadêmica quando se discute as questões da arbitragem de futebol e sua associação com a diversidade de gênero e sexual, pode-se ver por exemplo, que um dos poucos trabalhos encontrados foi a monografia de Oliveira (2023) se referindo ao árbitro Igor Benevenuto, assim, esse encaixe específico da ciência referente ao esporte de alto rendimento, em especial, questões socioculturais do profissional, ainda necessita de aprofundamento.

De certa forma, entregar o “poder” a uma pessoa homossexual gera uma resistência enorme, principalmente no ambiente esportivo do futebol, visto que, em uma visão conservadora, fica incabível um ser humano assumidamente gay, comandando vinte e dois atletas e dirigentes durante pelo menos uma hora e meia de jogo. De acordo com Weeks (2000), se assumir perante as classes dominantes, é algo extremamente difícil, é declarar pertencimento a algo, buscando promover a equidade e abrir portas para que distintas individualidades possam agir harmoniosamente naquele espaço.

A homossexualidade, o árbitro e o futebol

O que é a homossexualidade? Alguns estudiosos apontam que é somente uma maneira criada para definir o que seria a heterossexualidade (Weeks, 2000) mas, como é o processo de se tornar homossexual? Sim, se tornar, e não nascer, como descreve Louro (1997; 2000a; 2000b) e Figueiró (2007), partindo da concepção da tornar-se da seguinte frase de Simone de Beauvoir (1967, p. 9): “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher.”

Entretanto, entendo que afirmar que se alguém “se tornou” homossexual é algo confuso, pois, jamais eu diria que me tornei gay, já que isso poderia ser mal interpretado, podendo gerar a ideia que escolhi ser quem sou ou até mesmo, provocar ideias que fui influenciado, devido a relações familiares, conhecidos que já eram gays, cultura, brincadeiras ou jogos que realizei, programas de televisão, dentre outros fatores. Esse tipo de informação é uma inverdade, indo diretamente contra as concepções de Freud (2016, p. 153-154), onde o autor afirma:

Nota-se que a ausência prematura de um dos genitores (por morte, separação, afastamento), devido à qual aquele remanescente atrai todo o amor da criança, determina a precondição para sexo da pessoa nota-se que a ausência prematura de um dos genitores (por morte, separação, afastamento), devido à qual aquele remanescente atrai todo o amor da criança, determina a precondição para sexo da pessoa.

Essas possibilidades não devem ser ditas como uma verdade absoluta, visto que, em famílias tradicionais, com os pais casados e felizes, com uma boa condição financeira, trabalhos estáveis e bom relacionamento familiar, não evita que a criança ou jovem se torne homossexual. Na concepção de “tornar-se”, entende-se que a sociedade e o poder ditam regras e comportamentos (Scott, 1995) que são entendidos como sendo do sexo masculino ou feminino, de um hétero ou homossexual e das demais distinções da comunidade.

Gostaria de descrever de uma forma mais minuciosa esse processo do “tornar-se” e, utilizarei os estágios descritos por Weeks (2000, p. 52):

- (I) sensibilização: o indivíduo torna-se consciente, através de uma série de encontros, da diferença dele ou dela em relação à norma, por exemplo, por ser rotulado por seus pares como “maricas” (o menino) ou “pãozinho” (a menina);
- (II) significação: o indivíduo começa a atribuir sentido a essas diferenças, à medida em que ele ou ela torna-se consciente da gama de possibilidades no mundo social;
- (III) subculturização: o estágio de reconhecimento de si mesmo, através do envolvimento com os outros, por exemplo, através dos primeiros contatos sexuais;
- (IV) estabilização: o estágio da completa aceitação de seus sentimentos e estilo de vida, como, por exemplo, através do envolvimento numa subcultura que seja capaz de dar apoio a pessoas com a mesma inclinação.

Provoco a utilização da palavra “inclinação” pelo autor do texto, compreendo que pode denotar uma ação ou comportamento desenvolvido de

uma forma que não entende efetivamente os desejos e necessidades afetivas de pessoas LGBTQIA+, pois indivíduos podem entender que essa “inclinação” pode ser resolvida, minimizada ou impedida. Me permito questionar: como é quantificado essa inclinação? Até quais níveis de “inclinação” pode-se “permitir” um sujeito gay no futebol? As federações estaduais ou confederações pelo mundo se preocupam com a suposta “inclinação” de seus profissionais?

O árbitro: peça-chave para o andamento de uma partida de futebol, como é entendido as questões de gênero e sexualidade em seus cursos de formação? Atualmente, a federação de futebol onde abriga a maior quantidade de campeonatos, jogadores, clubes e árbitros é a FPF e, durante o curso de árbitros, realizado pela Escola de Árbitros Flávio Iazetti, o incentivo a diversidade pode ser visto pela participação feminina no quadro de arbitragem, ou seja, a busca pela equidade de gênero é uma pauta da instituição.

No trabalho de Sabatel *et al.* (2016), que buscou entender a produção científica sobre gênero e sexualidade na educação física escolar, concluiu que debates sobre a sexualidade geralmente são constituídos por um papel secundário ou uma complementação do que seria gênero, isso afeta todas as gamas de atuação no esporte, em virtude que vários árbitros possuem formação em educação física e esporte, assim, a necessidade de reforçar a discussão sobre a sexualidade humana, identidades de gênero e diversidade se faz necessário e cabe as instituições promoverem em seus cursos de preparação profissional.

Indago, quantos árbitros gays conhecemos? Acredito que pouquíssimos. Árbitras lésbicas já é algo mais comum, ainda que compreendo o fato de que o futebol feminino mais receptivo nesse quesito, tanto para atletas, como para dirigentes, árbitras ou demais funções relacionadas ao esporte de alto rendimento. Historicamente, a homossexualidade era entendida de uma forma ampla e livre, segundo Fernandes (2021), havia suporte ideológico para essas práticas no ambiente religioso, militar ou pedagógica, ao esporte, a prática realizada pelos homens na Grécia Antiga constituía um apreço enorme pela valorização do corpo masculino, colocando as mulheres somente em um local de “procriação”.

O que aconteceu com o esporte? Longe de partir da premissa de que deveríamos voltar “as nossas origens” e valorizarmos somente o corpo masculino

e toda sua notoriedade, mas onde morreu a diversidade, visto que a homofobia foi tão naturalizada que os casos se acumulam se tornam banais aos olhos da imprensa, comissões e gestores esportivos? Esse papel de incentivar a diversidade no esporte deveria ser do professor de educação física?

O professor de educação física e a equidade LGBTQIA+

O professor de educação física é aquele que cria a ponte entre o educando e o esporte, em vezes proporciona o espírito competitivo e a rivalidades entre os alunos, nessa questão, há um agravo acerca de como os estudantes se comportam diante o encontro com colegas que não se encaixam no padrão de desenvolvimento motor e heteronormativo da escola. De acordo com pesquisas recentes (veja por exemplo, Borges, 2019; Silva, 2019; Costa, 2021; Freitas, 2021), o alvo de violências homofóbicas normalmente são aqueles que apresentam menor habilidade durante as práticas corporais.

É comum verificar que a falta de acesso a epistemologia para discutir o assunto durante a graduação faz com que o docente não consiga desenvolver temáticas que possam abordar o assunto de forma clara, contudo, essa “culpa” não deve ser atribuída ao docente, pois, a educação física ainda é uma área incipiente nos termos de pesquisas científicas (TANI, 1991; 1996; 2011; SILVEIRA, 2019).

O meu propósito aqui se justifica pelo fato que a partir da educação física, podemos diversificar os olhares para as diferentes individualidades humanas, desde seu comportamento, aparência e gestos, podendo-se estender aos cursos de formação específicos do esporte. A própria Federação Paulista promove aulas, palestras para jogadores e gestores, além de programas educacionais para a formação não só de árbitros, mas supervisores, técnicos e analistas do jogo.

A inserção da temática de gênero e sexualidade em programas de especialização além da graduação em educação física e esporte, tende a contribuir para garantir que a diversidade e equidade de indivíduos LGBTQIA+ por exemplo, possa ser assegurada. De acordo com Louro (2009), o homossexual é afastado da sociedade padrão, além de que, permeada pelas figuras de poder masculina, ele é um sujeito que “perdeu seu gênero”, indo contra os valores tradicionais da heteronormatividade.

Infelizmente ainda, a escassez de produções acadêmicas que incentivem a diversidade e inclusão LGBTQIA+ e maneiras como agir ainda dificulta o trabalho do professor (ALMEIDA, 2024), todavia, no momento atual da área, a criatividade na formatação de trabalhos, atividades e práticas corporais deve prevalecer, visando as necessidades de equidade discutidas e visualizadas pelo professor durante sua prática docente.

Como ainda debates sobre gênero e sexualidade não são fielmente trabalhados na maioria das aulas dos cursos de formação profissional, proponho a seguinte forma de trabalho docente para atingir e propiciar um melhor interesse dos discentes, segundo Silveira (2019, p. 151), o professor pode:

Partir de demandas de interesses culturais dos graduandos; oferecer oportunidades de escolhas de itinerários de aprendizagem que mobilizem competências e habilidades para lidar com o conhecimento durante as fases de planejamento, organização e implementação de ações; oferecer oportunidades de flexibilização de itinerários em percursos que dialoguem com os conhecimentos produzidos e sistematizados na pesquisa acadêmica; e, principalmente, culminar em produtos (parciais e finais) que expressem a concretização do percurso de construção do próprio projeto aproximando o graduando de situações reais de prática de intervenção profissional.

Na formação de árbitros, a proposta dada por Silveira (2019) pode ser aderida a fim de promover maior interesse por jovens árbitros em se adentrar nesse mundo e visualizar as a realidade e dificuldades em gênero e sexualidade, ou seja, o conhecimento acerca dos estudantes que posteriormente serão árbitros pelo professor, possibilita maior interação e rendimento ao longo do curso de preparação para árbitros de futebol.

Por fim, a utilização de formas diversas para agregar a equidade social em aulas pode desenvolver um impacto futuro, desmistificando questões de gênero e sexualidade (LOURO, 1997; GOELLNER, 2010) no futebol, es especial, na arbitragem que e o enfoque desse trabalho e, educando indivíduos que no futuro, visto que o Brasil é um país efetivamente amante de futebol, virão a ser torcedores nos estádios, professores de educação física, preparadores físicos, psicólogos e médicos do esporte, técnicos, jogadores e futuros árbitros de futebol, que com o conhecimento adequado, poderão identificar violências em gênero e sexualidade e intervirão de forma eficaz.

Considerações finais

A premissa desse trabalho se fundamentou em realizar provocações e reflexões acerca da presença de masculinidades distintas no mando de campo em uma partida de futebol, assim, permitiu identificar que, o trabalho realizado por árbitros homossexuais, não difere do trabalho feito por heterossexuais, visto que, o serviço prestado independe do gênero ou sexualidade do sujeito.

Em muitos âmbitos sociais, falar sobre gênero e sexualidade é ainda um tabu, principalmente em um ambiente majoritariamente masculino e heterossexual como é o futebol de alto rendimento e, discutir possibilidades de inserção e inclusão de personagens da comunidade LGBTQIA+ enquadrando e participando ativamente desse ambiente ainda é uma luta progressiva através do tempo.

As mulheres conseguiram abrir um espaço maior desde algumas décadas, permitindo que avaliássemos que a possibilidade da existência de um ótimo árbitro, seja ele do sexo masculino ou feminino existe, como foi citado o caso da árbitra Edina Alves, além de demais companheiras como Neuza Back e Fabrini Bevilaqua, que participaram das Olimpíadas de Verão de 2024 em Paris. Pode-se perceber, que há ainda um receio enorme de se assumir homossexual perante a sociedade, no futebol, um árbitro gay é noticiado sempre como uma revelação, uma surpresa, e sofre constantes ataques, além desses fatores, pode haver uma repressão das federações mais conservadoras, impedindo até mesmo o trabalho desse indivíduo.

Revisando discussões acerca das disseminações de gênero e sexualidade, compreendo que a falta de informação durante o processo de desenvolvimento já na infância pelas intuições escolares, somada a cultura vivenciada em casa, nos convívios com amigos ou mídia são fatores de peso quando analisamos a dificuldade de um sujeito em aceitar as individualidades de outro ser humano, cabendo a educação física, desde sua etapa na formação inicial de professores, a incentivar e criar métodos para trabalhar a diversidade a partir da escola e que, para pessoas que já atravessaram essa etapa, restrições e punições rigorosas para prevenir a violência de gênero e sexualidade no futebol.

Referências

ALMEIDA, M. B.; SOARES, A. S. Futebol no Banco dos Réus: o caso da homofobia. **Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 301–321, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/20826>. Acesso em: 20 ago. 2024.

ALMEIDA, N. L. A. A importância das políticas inclusivas no esporte para a comunidade LGBTQIA+ no Brasil. **Revista Cor LGBTQIA+**, Curitiba, v. 1, n. 7, p. 48-62, jul. 2024. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/CORLGBTI/article/view/1110>. Acesso em: 21 ago. 2024.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**: A experiência vivida. Traduzido por Sérgio Millet. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967, 499 p.

BORGES, D. V. **A formação das Identidades Sexuais e de Gênero**: Experiências de estudantes gays no espaço escolar. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/5646>. Acesso em: 21 ago. 2024.

BRITZMAN, D. P. O que é esta coisa chamada Amor: Identidade homossexual, educação e currículo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan./jun. 1996. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71644/o>. Acesso em: 20 ago. 2024.

CASTRO, G. H. C. D.; SIQUEIRA, M. V. S. “Vão achar que é uma piada, mas, para nós, não!”: discursos de resistência em clubes brasileiros de futebol *gay*. **Cadernos EBAPE.BR**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 1058–1070, out. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/NnJWYYx6ckgGGB3BkLhy6Gz/?lang=pt#>. Acesso em: 19 ago. 2024.

COSTA, S. N. **Gênero e sexualidade na escola**: em cena o estudo das contribuições das políticas para a formação docente no Ensino Médio, os Núcleos de Gênero e Projeto Andanças em Pernambuco. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/9050#preview-linko>. Acesso em: 21 ago. 2024.

FERNANDES, M. I. S. Direitos Sexuais e combate à Homofobia: “Construindo novos discursos sobre gênero, desejo e afeto na escola pública em PE nos últimos 20 anos”. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 7, n. 10, p. 976-991, out. 2021. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2635>. Acesso em: 21 ago. 2024.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Homossexualidade e Educação Sexual**: Construindo o respeito à diversidade. Londrina: UEL, 2007. 101 p.

FOCAULT, M. **História da Sexualidade 1**: A vontade de saber. Traduzido por Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. 178 p.

FREITAS, M. B. Z. **Violência baseada na expressão de Gênero e de Orientação Sexual na Educação Física**: Professores e professoras como agentes de prevenção. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro em Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/15010>. Acesso em: 20 ago. 2024.

FREUD, S. **Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade, Análise Fragmentária de uma Histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901-1905)**. Traduzido por Paulo César de Souza. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. 399 p.

GOELLNER, S. V. A educação dos Corpos, dos Gêneros e das Sexualidades e o reconhecimento da Diversidade. **Cadernos de Formação RBCE**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 71-83, mar. 2010. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/cadernos/article/view/984>. Acesso em: 20 ago. 2024.

INTERNATIONAL FOOTBALL ASSOCIATION BOARD. **Laws of the Game**: footballs and regulations. Disponível em: <https://www.theifab.com/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

LOURO, G. L. Corpo, Escola e Identidade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 59-76, jul./dez. 2000a. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/46833>. Acesso em: 20 ago. 2024.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 179 p.

LOURO, G. L. Heteronormatividade e Homofobia. *In*: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 85-93. Disponível em: http://www.ded.ufla.br/generoesexualidade-ei/imagens/homofobia_na_escola.pdf. Acesso em: 21 ago. 2024.

LOURO, G. L. Pedagogias da Sexualidade. *In*: LOURO, G. L. (Org.). **O Corpo Educado**: Pedagogias da Sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000b. p. 4-24. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30353576.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024.

OLIVEIRA, A. J. A. **Homofobia e futebol**: a construção de sentidos em redes digitais sobre a saída do armário do árbitro Igor Junio Benevenuto. 2023. Monografia (Bacharelado em Jornalismo) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023. Disponível em: <https://monografias.ufop.br/handle/35400000/6133>. Acesso em: 20 ago. 2024.

PINTO, M. R. **Pelo direito de torcer**: das torcidas gays aos movimentos de torcedores contrários ao machismo e à homofobia no futebol. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-12032018-205408/en.php>. Acesso em: 19 ago. 2024.

SABATEL, G. M. G. *et al.* Gênero e Sexualidade na Educação Física Escolar: Um balanço da produção de artigos científicos no período de 2004 a 2014 nas bases do Lilacs e SciELO. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 196-208, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/34159>. Acesso em: 21 ago. 2024.

SCOTT, J. **Gênero**: Uma categoria útil para análise histórica. Traduzido por Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 2. ed. Recife: SOS CORPO – Gênero e Cidadania, 1995. 21 p.

SILVA, F. A. F. **Consensos e dissensos sobre a diversidade sexual e LGBTFOBIA na escola**: quem fala, quem sofre, quem nega. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/36147>. Acesso em: 21 ago. 2024.

SILVEIRA, S. R. Preparação profissional e formação de professor em educação física e esporte: perspectivas a partir da prática. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 145-155, abr. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/170282>. Acesso em: 21 ago. 2024.

TANI, G. A Educação Física e Esporte no contexto da Universidade. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 25, n. esp., p. 117-126, dez. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16848>. Acesso em: 21 ago. 2024.

TANI, G. Cinesiologia, Educação Física e Esporte: Ordem emanante do caos na estrutura acadêmica. **Motus Corporis**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 9-50, dez. 1996. Disponível em: <https://cevs.org.br/biblioteca/motus-corporis-1996-n2-v3/>. Acesso em: 21 ago. 2024.

TANI, G. Perspectivas para a Educação Física Escolar. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v.5, n. 1/2, p. 61-69, jan./dez. 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rpef/article/view/138267>. Acesso em: 21 ago. 2024.

WEEKS, J. O Corpo e a Sexualidade. Traduzido por Tomaz Tadeu da Silva. *In*: LOURO, G. L. (Org.). **O Corpo Educado**: Pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 24-61. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30353576.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2024.